

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2017, na sede da Comunidade Intermunicipal do Cávado CIM Cávado, é celebrado o seguinte contrato de prestação de serviços entre os outorgantes:

PRIMEIRO:

Comunidade intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM Cávado, com sede na Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga, NIPC 508779472, representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, portador do Cartão de Cidadão 9900460, válido até 07/01/2020, que outorga no exercício das competências delegadas pelo Conselho Intermunicipal na reunião de 28 de outubro de 2013, adiante designado por Primeiro Outorgante,

E SEGUNDO:

SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo Cartográficos Lda, com sede no Parque Tecnológico de Óbidos, Edifícios Centrais – Rua da Criatividade, Sala 1,73 – 2510 216 Óbidos, titular do cartão de pessoa coletiva nº 500 676 020, representada por Vasco Alberto Varela Pinto Martins Ferreira na qualidade de representante legal, portador do Cartão de Cidadão n.º 06051300, válido até 15 de janeiro de 2018, como Segundo Outorgante,

CLÁUSULA 1.ª | OBJETO

O contrato tem como objeto principal a aquisição de serviços de “**Cartografia Numérica Vectorial e Ortofotocartografia à escala 1/10 000**” de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Programa de Concurso e Caderno de Encargos, designadamente na Parte II - cláusulas técnicas.

CLÁUSULA 2.ª I CONTRATO

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites nos termos do disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA 3.ª I CARATERIZAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO DO CONTRATO

1. As especificações técnicas respeitam à produção de Cartografia Numérica de traço, relativa ao concurso público internacional, designado por “Aquisição de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1:10 000 e processo de Homologação” correspondente aos seguintes concelhos:
 - 1.1 Escala 1:10 000 - correspondente aos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.
2. As especificações técnicas a cumprir são as que constam da PARTE II-B - “NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1:10 000”, acompanhadas dos seus anexos:



2.1 Escala 1:10 000 - A, B, C, D e E, que fazem parte integrante do presente caderno de encargos para elaboração da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10 000, correspondente aos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, compreendidos no âmbito da prestação de serviços objeto do contrato.

3. Para a execução do contrato, em sede de reunião de arranque, serão disponibilizados ao adjudicatário, os restantes elementos base e auxiliares, a acordar entre as entidades, necessários à correta execução dos trabalhos a adquirir.

CLÁUSULA 4.ª | PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

1. O prestador obriga-se a concluir a execução da prestação de serviço num prazo máximo de 365 dias.
2. Para efeitos do disposto no número anterior a contagem do prazo inicia-se na data da assinatura do contrato e termina com a aceitação definitiva, por parte da Entidade Adjudicante, do objeto do contrato, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos.
3. O fornecimento será executado de acordo com o Plano Detalhado de Trabalhos apresentado pelo Adjudicatário e aceite pela Entidade Adjudicante.
4. Fica no entanto salvaguardada a possibilidade de se efetuarem reprogramações e/ou ajustamentos ao prazo, de acordo com as necessidades de eventuais candidaturas a fundos comunitários, ou outros.

CLÁUSULA 5.ª | PREÇO CONTRATUAL

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no Caderno de Encargos, a CIM Cávado deverá pagar ao prestador de serviço o preço de **196.500,00 euros** (cento e noventa e seis mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se isto for legalmente devido.



CLÁUSULA 6.ª | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação de acordo com o seguinte plano:

1.1. Escala 1:10 000

Fase	Nome	Valor Contratual
1	Após validação da entrega de 15 folhas completas do Modelo Numérico Topográfico	20%
2	Após validação da entrega de 15 folhas completas do Modelo Numérico Topográfico	20%
3	Após validação da entrega de 15 folhas completas do Modelo Numérico Topográfico	20%
4	Após a validação da entrega das restantes folhas e dos produtos finais	20%
5	Após homologação da cartografia pelo IGP e dos produtos finais Homologados	20%

A fatura deverá incluir os seguintes elementos:

- Incidência do IVA, em separado;
- Emissão em nome da Comunidade Intermunicipal do Cávado;
- Edição em 2 exemplares, sendo um carimbado "ORIGINAL".

CLÁUSULA 7.ª | INCUMPRIMENTO DO CONTRATO E SANÇÕES

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM do Cávado pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento dos prazos.
2. Pelo incumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma apresentado pelo concorrente e aprovado pela CIM do Cávado, a sanção mencionada no número anterior será até 1% do preço contratual por cada semana de atraso.

CLÁUSULA 8.ª | SIGILO

1. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter, relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.
3. No final da execução do presente Contrato, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.
4. Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Entidade Adjudicante sem prejuízo para direitos de autor e de direitos de propriedade industrial que o Adjudicatário ou qualquer sociedade em relação de grupo ou de domínio tenha sobre os mesmos.
5. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:
 - 5.1. Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o Adjudicatário de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável;
 - 5.2. Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do Adjudicatário e não sejam objeto de restrições ou limitações;
 - 5.3. Os documentos e informações recebidos pelo Adjudicatário de Terceiros que não exijam ao Adjudicatário compromisso de confidencialidade.
6. A entidade adjudicante não poderá, em circunstância alguma, utilizar, ceder ou comercializar, qualquer produto que venha a produzido no âmbito do presente contrato, nem tão pouco poderá utilizar, ceder ou comercializar, os elementos cedidos pela CIM do Cávado, ou terceiros, a pedido desta, sem a prévia autorização expressa da CIM do Cávado.

CLÁUSULA 9.ª | CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, salvo autorização por escrito da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 10.ª | RESPONSABILIDADE POR TERCEIROS

1. O Adjudicatário será responsável por qualquer incumprimento em que terceiros incorram a título de atraso, cumprimento defeituoso, ou incumprimento definitivo e seja qual for a natureza dos danos produzidos.
2. Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ocorrência, informar a Entidade Adjudicante de modo a esta ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance. Em qualquer caso, o risco corre por conta do Adjudicatário.

CLÁUSULA 11.ª | CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade de por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

CLÁUSULA 12.ª | REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. As relações entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário processar-se-ão através de representante a designar pela Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação, o seu representante junto da entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.
2. A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por assessores e/ou outras entidades de sua escolha, no acompanhamento da prestação de serviços.



CLÁUSULA 13.ª | PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente Contrato.

CLÁUSULA 14.ª | DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Com a homologação e aceitação dos resultados dos serviços realizados ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Contraente Público, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, podendo este fazer uso dos mesmos para os efeitos que tiver por necessários ou convenientes, sem necessitar de qualquer autorização ou consentimento do adjudicatário.
2. — Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. - Atento o carácter reservado dos documentos produzidos no âmbito da execução do contrato não pode o Adjudicatário, em caso algum, ceder, utilizar, copiar ou comercializar tais documentos sem prévia autorização por escrito da Entidade Adjudicante.

CLÁUSULA 15.ª | RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento do Contrato por qualquer das Partes contratantes, dará à Parte não faltosa, o direito de o resolver nos termos gerais do direito.



2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.
4. O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.
5. Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação de serviços.
6. Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causado em virtude do comportamento faltoso.
7. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

CLÁUSULA 16.ª | FORO COMPETENTE

Os litígios emergentes da interpretação, validade ou execução do contrato, que não sejam dirimidos por meios gratuitos são regulados pela legislação portuguesa e submetidos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 17.ª | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 18.ª | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável, bem como o disposto nas normas técnicas nacionais de ordenamento de território e urbanismo e de produção e reprodução cartográfica.

Ficam arquivados os seguintes documentos:

- a) O preço contratual está refletido em compromisso válido e sequencial retirado do sistema de contabilidade de suporte à execução do orçamento da CIM nos termos do artigo 5º da Lei 8/2012, 21.02 (LCPA).
- b) Decisão de Adjudicação datada de 04 de agosto de 2017;
- c) Aprovação da minuta por Despacho datado de 04 de agosto de 2017;
- d) Foi apresentada a caução sob a forma de Garantia Bancária nr.º 00125-02-2072301
- e) Declaração, emitida em conformidade com o Anexo II, do CCP, aos 18 de agosto de 2017;
- f) Cartão de Pessoa Coletiva;
- g) Certidão Permanente do Registo Comercial, subscrita 19 de junho de 2015, válida até 19 de junho de 2018;
- h) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Óbidos, aos 30 de maio de 2017, válida até 30 de agosto de 2017;
- i) Declaração emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, aos 30 de maio de 2017., válida até 30 de setembro de 2017;
- j) Certificado de Registo Criminal, de SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo Cartográficos Lda., emitido aos 03 de agosto de 2017, válido até 03 de novembro de 2017;
- k) Certificado de Registo Criminal, de Vasco Alberto Pinto Martins Ferreira, emitido aos 03 de Agosto de 2017, válido até 03 de novembro de 2017;

Feito em duplicado ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

O 1º OUTORGANTE



O 2º OUTORGANTE

